

Possibilidades para um turismo de base comunitária na bacia do Rio Camaquã (RS): um diálogo com o desenvolvimento baseado no território

Possibilities for a community-based tourism in Camaquã River Basin (RS, Brazil): a dialogue with development based on territory

*Taís da Silva Garcia, Adriano Severo Figueiró,
Simone Marafiga Degrandi*

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade discutir sobre turismo sustentável e suas contribuições para o desenvolvimento local da Bacia do Rio Camaquã/RS. Dentro deste contexto, o Turismo de Base Comunitária apresenta grandes contribuições para o desenvolvimento local, pois tem como principais objetivos trabalhar com a inclusão e equidade da comunidade receptora, a valorização e resgate da cultura e dos saberes tradicionais, a troca de experiências e o contato com a natureza trabalhando o respeito e a importância dos bens naturais. O Alto Camaquã está localizado na metade sul do Rio Grande do Sul, possui uma beleza natural ímpar, com fortes traços do Bioma Pampa e da tradição e cultura gaúcha. As atividades econômicas desenvolvidas na região são consideradas de fraco rendimento se comparada à porção centro-norte do Estado. Neste contexto, surgiu no ano de 2010 a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), que vem discutindo o desenvolvimento local através de projetos e trabalhos que potencializem os aspectos únicos e essenciais do Alto Camaquã, realçando suas principais características como: os sistemas de produção tradicionais, a diversidade biológica e a paisagem. A ADAC busca reconhecer as potencialidades do território juntamente com os seus atores. Além de agregar movimentação econômica, as práticas do desenvolvimento local buscam valorizar a cultura e retomar as relações homem-natureza visando à conservação do ambiente e da cultura regional. Sendo assim, discutir o Turismo de Base Comunitária como uma ferramenta para o desenvolvimento local do Alto Camaquã irá contribuir para a conservação da identidade local e de toda a geo-bio-sociodiversidade que se faz presente nesta porção do Bioma Pampa.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Local; Turismo de Base Comunitária; Alto Camaquã; Bioma Pampa.

ABSTRACT

This paper aims to discuss sustainable tourism and its contribution to local development of Camaquã watershed (RS). Within this context, the Community-based Tourism has major contributions to local development, as its main objectives include working with the host community and equity, recovery and appreciation of culture and traditional knowledge, exchange experiences and contact with nature working the respect and the importance of natural resources. The Alto Camaquã is located in the southern half of Rio Grande do Sul, has a unique natural beauty, with strong traces of the Pampa Biome and the regional tradition and culture. The economic activities in the region are considered poor compared to the north central portion of the state. In this context, emerged in 2010 the “Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã” (ADAC), which has been discussing local development through projects and assignments that enhance the unique and essential aspects of the Alto Camaquã, highlighting its key features as: traditional production systems, biodiversity and landscape. The ADAC seeks to recognize the potential of the territory along with his actors. Besides adding the economic activity, local development practices seek to value the culture and to resume the relationship man-nature for conservation of the environment and regional culture. Thus, to discuss the Community-based Tourism as a tool for local development of the Alto Camaquã will contribute to the preservation of local identities and all the geo-bio-social diversity that is present in this portion of the Pampa Biome.

KEYWORDS: Local Development; Community-Based Tourism; Alto Camaquã; Pampa Biome.

Introdução

Diante da busca de alternativas econômicas mais sustentáveis, o turismo é uma das atividades mais importantes em nível mundial. Além de auxiliar na geração de divisas, tem grande influência no desenvolvimento dos países e regiões, especialmente daquelas regiões que ficaram alijadas do modelo clássico de desenvolvimento baseado no uso intensivo de recursos naturais (AGUIAR, 2007). Assim, o turismo, impulsionado pela procura de lazer, de conhecer novos lugares e culturas, pode representar uma alternativa sustentável de desenvolvimento local.

Grande parte das atividades turísticas está ligada à busca dos turistas por lugares que proporcionem contato com a natureza (BRUHNS, 2009). No entanto, muitas vezes o crescimento desordenado destas atividades dentro da lógica de mercado, tem desenvolvido um modelo de turismo insustentável, com diferentes níveis de degradação ambiental e de perda das identidades culturais.

Para se contrapor a este turismo massivo, surgem novas tipologias de turismo que buscam o desenvolvimento sustentável local, a partir do contato e respeito com a natureza, com a preservação da biodiversidade e com a inserção da comunidade.

Desenvolvimento local

A palavra desenvolvimento é compreendida por muitos como sinônimo de progresso, bem-estar e crescimento econômico. Segundo SATO (2001, p. 22) a palavra tem uma conotação estritamente econômica, porém pode ser compreendida como tirar o envoltório, romper com o entorno no dicionário de língua portuguesa.

Assim como uma semente que 'livra-se' de sua casca, o homem/sociedade para evoluir precisa livrar-se da sua. A casca que envolve o homem, no entanto, não é nada menos que a sua cultura, os seus saberes tradicionais – estes, considerados os impedimentos para a evolução e os quais devem ser rompidos em favor de processos de capitalização dos lugares, aceleração dos processos, produtivismo, tecnologia da vida e consumo massificado (SELL, 2011, p. 12).

Sendo assim, potencializar o desenvolvimento local é proporcionar crescimento a uma comunidade sem que a mesma precise “livrar-se” da sua cultura e dos seus saberes tradicionais. O desenvolvimento local busca a subsistência da população justamente com o que ela tem de essencial, de único. Além disso, busca preservar os aspectos socioculturais e ambientais que servem de base para o desenvolvimento local a partir da valorização e aproveitamento do seu patrimônio.

O desenvolvimento local baseia-se, acima de tudo, no desenvolvimento humano que fortalece a capacidade de organização e inclusão social através das potencialidades e particularidades que se encontram presentes nas localidades e que fazem parte do capital social destas (DEGRANDI, 2011, p. 26).

Tendo como objetivos a melhoria da qualidade de vida, a equidade social e também a movimentação econômica de uma localidade, o desenvolvimento local é hoje uma alternativa de grande importância, pois ao pensar numa escala local ele dá maior autonomia à comunidade, ela se torna diferenciada pelos seus aspectos singulares evidenciados, fugindo dos padrões globalizados de desenvolvimento e consumo.

LEROY (*apud* SATO, 2005, p. 43) afirma que “*a perda das raízes e da identidade está muito ligada à perda de uma relação com o meio ambiente*”.

Turismo de base comunitária e o desenvolvimento local

A cada dia que passa, aumentam as perdas dos nossos recursos naturais causadas por degradação ao meio ambiente; essas perdas são muitas vezes incalculáveis e irreversíveis. As cidades crescem de maneira desordenada, e com a falta de planejamento sustentável aumentam os problemas sociais e ambientais.

Hoje em dia buscam-se alternativas para reduzir os impactos ambientais e alterar o atual modelo de desenvolvimento em diversas áreas, incluindo o turismo como alternativa de menor impacto. A busca pelo turismo sustentável, que se contrapõem

ao turismo massivo e exploratório que se desenvolve em muitos lugares, abre caminhos para novas possibilidades dentro de um planejamento turístico sustentável. Para IRVING (2009, p. 110):

as discussões realizadas no Brasil e no mundo sobre turismo e sustentabilidade passaram a recomendar para a prática turística: a conservação dos recursos naturais e culturais, o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras e a participação dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de projetos, com a geração de benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão.

É crescente o número de pessoas que buscam espaços de descanso e fuga dos grandes centros urbanos, deslocando-se para áreas mais tranquilas que proporcionam um contato diferenciado com a natureza e a cultura. Para que elas possam desfrutar destes momentos, com o mínimo impacto e maior contato e troca de experiências, faz-se necessário o planejamento responsável e sustentável do turismo, garantindo que as atuais e as futuras gerações possam desfrutar destas mesmas paisagens e culturas, sem que sejam produzidas significativas transformações.

O planejamento de um turismo sustentável envolve harmonicamente a comunidade e o meio-ambiente trazendo benefícios para ambos, e visa principalmente atender as necessidades econômicas e socioambientais da atual geração sem prejudicar a geração futura. Para a Organização Mundial do Turismo (BRASIL, 2008, p. 48):

Turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro.

Assim como os destinos turísticos desenvolvem novas e necessárias tendências, os turistas também estão com perfil diferenciado. Irving (2009, p. 109) afirma que há *“uma mudança sutil no perfil de turistas, conectados progressivamente com os temas da responsabilidade social e ambiental”*. Eles buscam novas experiências, descobertas e oportunidade de vivências e aprendizagens.

Uma possibilidade que vem sendo discutida dentro dos princípios do turismo sustentável é o Turismo de Base Comunitária (TBC).

O TBC busca ressaltar o sentido coletivo de vida em sociedade, promover a qualidade de vida e valorizar o local. Além disso, os turistas e a comunidade receptora interagem trocando experiências. Tal comunidade recebe os turistas e os insere na realidade local, onde são hospedados nas casas ou pousadas locais, os alimentos são produzidos no local, e realizam passeios e visitas.

O TBC agrega à comunidade receptora preservação ambiental, sustentabilidade, preservação dos saberes tradicionais e educação ambiental. Assim, ao oferecer a possibilidade de contato com a natureza, com tradições e valores socioculturais singu-

lares e diversos, o turismo pode ser uma das mais ricas e transformadoras experiências humanas, tanto para o turista como para a comunidade que o recebe.

Para Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, p.86) o TBC “*busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar*”. Os autores (*op.cit*, p.86) também afirmam que o TBC

respeita as heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las. Tem centralidade em sua estruturação o estabelecimento de uma relação dialógica e interativa entre visitantes e visitados. Nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista.

É importante salientar que, para desenvolver o TBC, cabe a comunidade escolher o tipo de turismo que deseja desenvolver e quais os caminhos que deve seguir para tal atividade acontecer. Irving (2009) afirma que atores externos a comunidade podem funcionar como “indutores” do turismo de base comunitária.

O TBC pode ser uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento local, para isso precisam estar articulados com o mesmo objetivo a comunidade local, o setor público e o setor privado. A partir do momento em que os agentes locais mantêm ou reconstroem seus laços com as raízes e identidades locais conseguem alcançar uma relação harmônica e respeitosa com o meio ambiente.

Princípios para uma abordagem “território-projeto”

Atualmente são crescentes as formas de abordagem que buscam articular parcerias entre as populações e o meio ambiente na construção de um projeto de desenvolvimento amparado na preservação do patrimônio local. Uma dessas iniciativas, estruturada pela Rede Portuguesa Leader (2005), é a abordagem “território-projeto” que tem como principais características:

- recusar as intervenções isoladas e inscrever a sua ação a favor do ambiente numa estratégia territorial de conjunto;
- apoiar-se para tanto numa parceria que reúne os setores público e privado;
- acordar aos recursos naturais um valor econômico, mas também cultural, social e humano, preferindo o conceito de “bem comum” ao de “reserva protegida”;
- conseguir conciliar a exploração e a preservação dos recursos;
- inscrever-se num projeto de conjunto coerente que garanta à longo prazo a preservação do ambiente e necessite de menos estratégias de compensação;

- apoiar-se num trabalho de consolidação das relações de identidade da população com o seu ambiente. (FARRELL; LUKESCH, 2000, p. 37)

Essa abordagem prioriza a relação entre a comunidade e seu território para tratar a questão ambiental como uma relação patrimonial; o ambiente passa a ser visto como um bem comum e não apenas como uma reserva de recursos naturais à serviço de um processo de desenvolvimento exógeno. O ambiente e as relações que a comunidade tem com ele passam a ser um elemento-chave para manter a integridade das estruturas e processos que compõe o cenário biofísico onde se instalam os processos produtivos da comunidade.

Alguns fatores que são vistos como negativos no mundo capitalista, na perspectiva do desenvolvimento local são considerados primordiais, pois devido a eles é possível manter essas características específicas como a tradição, os saberes tradicionais, as relações com a paisagem e a cultura.

A abordagem “território-projeto” busca elaborar uma estratégia local em conjunto com os agentes locais, onde eles identificarão os elementos específicos e característicos da região a partir de uma reflexão aprofundada sobre o ambiente, saindo da visão rotineira e imaginando novas soluções. Acima de tudo, esta abordagem propõe uma nova forma de gestão territorial, baseada em um processo participativo e dinâmico, envolvendo o Estado, os técnicos e a população discutindo a partir de grupos de trabalho e construindo, ao final, um instrumento acordado entre os diferentes atores, que serve como referência ao estabelecimento de políticas e ações de ordenamento territorial. A comparação entre o modelo clássico de gestão e o modelo baseado na abordagem Leader pode ser visualizado na Figura 1 (próxima página).

Seguem dois exemplos aplicados da abordagem “território-projeto”:

Exemplo 01: No Vale do *Minho* (Portugal), o grupo Leader apoiou a iniciativa do Presidente da Câmara de uma pequena autarquia de renovar, para fins turísticos, as casas tradicionais utilizadas para a transumância de verão. Graças ao fato de se tratar de um elemento forte da identidade local, ligado a tradições ainda vivas na memória dos proprietários, a negociação avançou rapidamente e a ação foi implementada em dois anos. A arquitetura de origem das casas foi respeitada, dispondo hoje de elementos de conforto moderno e uma delas possui um espaço consagrado à gastronomia e à venda de produtos locais. Paralelamente, foi organizada uma animação local em torno das atividades tradicionais ligadas à transumância e foi criada uma empresa de exploração turística agrupando os proprietários. Esta iniciativa serve atualmente como alavanca ao grupo Leader para outras ações de valorização do ambiente (Figura 2), principalmente nas zonas de montanha abandonadas pelas últimas gerações.

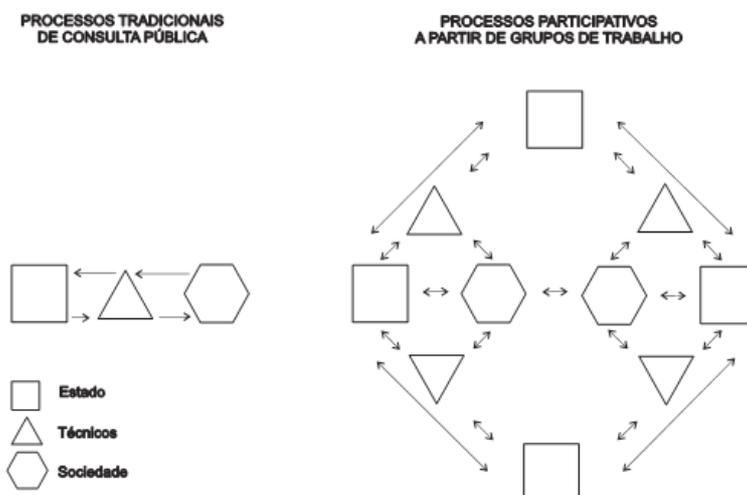


Figura 1- A abordagem "Território-Projeto" proposta pelo Grupo Leader envolve uma nova arquitetura de decisão, rompendo com a linearidade dos processos tradicionais e colocando em diálogo direto os atores envolvidos (Estado, Técnicos e Comunidade)

Fonte: Adaptado de REDE PORTUGUESA LEADER+ (2005)

Figure 1 - The approach "Territory-Project" proposed by the Group Leader involves a new architecture decision, breaking the linearity of traditional processes and putting it in direct dialogue the actors involved (State Technical and Community)

Source: Adapted from PORTUGUESE NETWORK LEADER + (2005)



Figura 2- A partir da revitalização arquitetônica das casas utilizadas pelos pastores ao longos dos séculos, várias outras atividades ligadas ao turismo, como o festival da transumância, realizado anualmente no município de Fundão (Portugal), vêm revitalizando a economia e a cultura de áreas social e economicamente deprimidas. Fonte: <http://www.gaitadefoles.net/noticias/chocalhos2004.htm>

Figure 2 - From the architectural revitalization of the houses used by the shepherds of long centuries, several other activities related to tourism, such as transhumance festival, held annually in the city of Fundão (Portugal), are revitalizing the economy and culture of the social and economically depressed.

Source: <http://www.gaitadefoles.net/noticias/chocalhos2004.htm>

Exemplo 02: Os habitantes do *Pembrokeshire do Sul*, no País de Gales (Reino Unido), aprofundaram, com a ajuda de historiadores e antropólogos e do grupo Leader, o conhecimento do patrimônio natural e arquitetônico da sua região, antes da organização de atividades turísticas. A conscientização do valor do patrimônio constituiu uma das chaves do sucesso, permitindo assim desenvolver-se um turismo que respeita o ambiente e fundado no orgulho reencontrado dos habitantes. Progressivamente, outros elementos de identidade foram integrados à iniciativa, como o tradicional sentido de acolhimento das populações ou a gastronomia regional.

Importância da conservação dos serviços ambientais para o desenvolvimento local por meio do turismo de base comunitária

O turismo massivo realizado em diversos locais, que busca resultados lucrativos em curto prazo, sem preocupações com a manutenção da integridade biofísica do território, com a população local e com a equidade social, tende a desenvolver, em longo prazo, uma degradação tanto dos ecossistemas como da sociedade (suas tradições, seus saberes, sua forma de organização e sua cultura), colocando em risco não apenas a preservação local, como também a manutenção desta atividade em longo prazo.

A equidade no setor do turismo de massa é um ponto fraco, dominado pelas grandes cadeias hoteleiras, linhas de cruzeiros, agências de viagens e linhas áreas européias e norte-americanas que controlam os preços. Esta estrutura fomenta um modelo de negócio de alto volume e baixa margem, reduzindo os custos operacionais para maximizar os lucros por meio de um monopólio territorial dos destinos ofertados.

Todas as atividades turísticas que envolvem a natureza dependem do acesso a ela e da manutenção dos Serviços Ecossistêmicos (SE). Dentre estes Serviços, podemos citar: manutenção da biodiversidade, suprimento de água doce, proteção costeira e de frutos do mar, controle de desastres naturais, manutenção da fertilidade dos solos, lazer, dentre outros (BOVARNICK *et al*, 2010, p. 194). Muitos destinos hoje atraem turistas que buscam e apreciam a natureza e a biodiversidade. Porém, se o turismo de natureza não for desenvolvido baseado no modelo de gestão sustentável dos ecossistemas e das culturas envolvidas, será um instrumento de degradação e de perda patrimonial.

Grande parte das atividades turísticas desenvolvidas atualmente está baseada no modelo *Business As Usual* (BAU), que representa a busca da eficiência da atividade turística na perspectiva de uma intensificação da produtividade, tendo como parâmetro central a economia. Este modelo de gestão objetiva maximizar os lucros em curto prazo sem preocupar-se com os custos externos, o impacto causado a terceiros, a sustentabilidade em longo prazo da base de recursos, os serviços dos ecossistemas e as cadeias de produção econômica (BOVARNICK *et al*, 2010, p. 196).

Em resposta ao modelo BAU, têm-se discutido a construção do modelo denominado *Sustainable Ecosystem Management* (SEM), que busca minimizar as externalidades negativas por meio de um turismo de baixo impacto, onde o parâmetro central

de referência passa a ser o respeito à capacidade de resiliência do sistema biofísico e sócio-cultural dos territórios. Entre as opções de turismo de natureza na perspectiva do modelo SEM, encontra-se o ecoturismo e o turismo comunitário. Segundo CORIO-LANO (2006, p. 39) o ecoturismo pode ser definido como:

um tipo de turismo desenvolvido em localidades de grande potencial ecológico, de forma preservacionista, procurando conciliar a exploração do turismo com o meio ambiente ou harmonizar as atividades de lazer com a natureza. É o lazer que oferece aos visitantes um contato direto com os recursos naturais e as culturas das regiões visitadas, buscando, sobretudo uma consciência ecológica.

As comunidades que desenvolvem o ecoturismo e/ou o turismo comunitário acabam realizando um grande esforço para preservação da biodiversidade local, pois para realizarem as atividades turísticas elas precisam das áreas naturais. Elas desenvolvem a atividade de modo a garantir a qualidade dos ecossistemas que são os atrativos principais para os visitantes. (BOVARNICK *et al*, 2010, p. 215). Muitos são os benefícios do modelo SEM; dentre eles, Bovarnick *et al*, (2010) destacam:

Em longo prazo o turismo sustentável de natureza tem o potencial de proporcionar experiências e intuições únicas com a natureza e as sociedades locais que, por sua vez, nutrem e facilitam um maior apreço pela conservação da biodiversidade e da cultura. O enfoque SEM pode gerar recursos financeiros indispensáveis para fomentar os esforços de conservação, da mesma forma que benefícios econômicos para as pessoas locais.

O modelo SEM também beneficia a equidade, há uma melhoria na distribuição de benefícios, a família trabalha para desenvolver o turismo e a mulher também está inclusa neste processo numa perspectiva mais ativa e protagonista. Outro ponto importante é que no modelo SEM os visitantes tem um compromisso e devem se comportar de forma responsável contribuindo para a conservação da biodiversidade e da cultura local.

Possibilidades a partir da realidade da metade sul do Rio Grande do Sul: a experiência da Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã- ADAC

O Alto Camaquã está localizado na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, englobando o território dos municípios de Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Piratini, Lavras do Sul, Bagé e Pinheiro Machado, conforme mostra a figura 03. Também ajuda a compor a área uma pequena parcela dos municípios de Dom Pedrito e Hulha Negra, totalizando 8.300 km².

Devido às limitações do quadro físico, as principais atividades econômicas desenvolvidas nesta região são atividades de baixo insumo tecnológico e fraco rendimento econômico, se comparadas aos processos produtivos desencadeados na por-

ção centro-norte do estado pela lavoura mecanizada. Destacam-se especialmente a agropecuária no município de Bagé e a mineração nos municípios de Caçapava do Sul, Lavras do Sul e Hulha Negra.

Buscando discutir alternativas endógenas para o desenvolvimento territorial do Alto Camaquã, pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) de Bagé têm desenvolvido projetos inseridos dentro do “Programa de Desenvolvimento Territorial do Alto Camaquã”. Este Programa tem o objetivo de promover o desenvolvimento territorial endógeno por meio do re-conhecimento das potencialidades do território, articulando diferentes grupos de atores entorno de uma identidade territorial. Para reunir os atores envolvidos e discutir estratégias para a construção deste modelo de desenvolvimento, foi criado o “Fórum Alto Camaquã” (FAC), onde se encontram os representantes de Bagé, Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Piratini, Santana da Boa Vista e Pinheiro Machado (Figura 04).

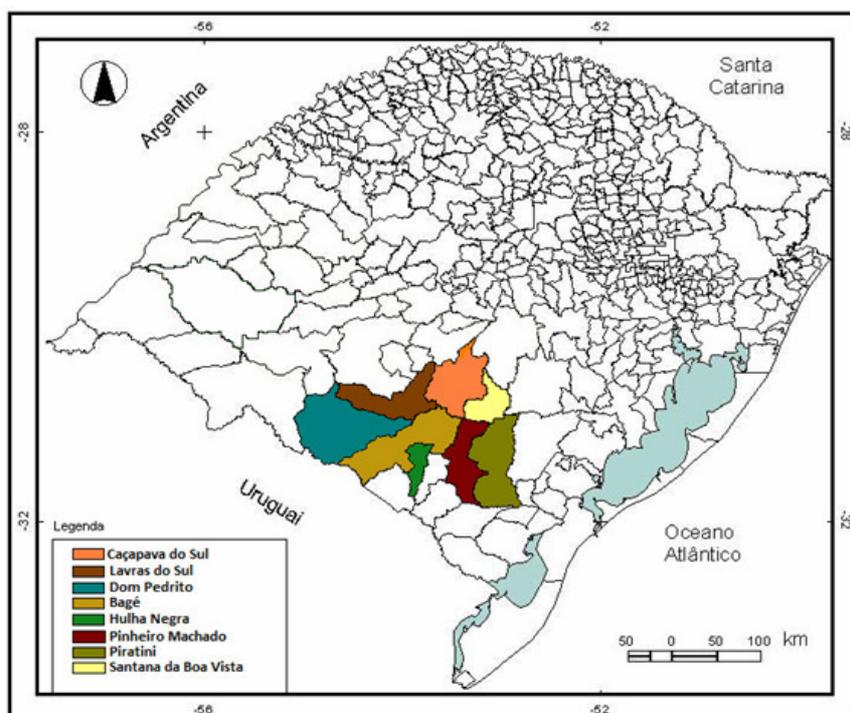


Figura 03: Mapa de localização dos municípios que compõem o Alto Camaquã/RS.
Fonte: Degrandi (2011).

Figure 03: Location map of the municipalities that make up the Alto Camaquã (RS, Brazil).
Source: Degrandi (2011).

Das reuniões do FAC surgiu, em 2010, a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), que emerge da necessidade de projetos que realcem as características do Alto Camaquã, destacando os sistemas de produção tradicionais, a diversidade biológica, a paisagem, o turismo sustentável e a conservação do ambiente e da cultura regional.



Figura 4: Encontro do V Fórum do Alto Camaquã, realizado no dia 28 de maio de 2010, na Câmara Municipal de Vereadores de Caçapava do Sul/RS. Fonte: <http://turismodelavras.blogspot.com.br>

Figure 4: Meeting of V Alto Camaquã Forum, held on May 28, 2010, in the City Council Chamber of the Caçapava do Sul/RS. Source: <http://turismodelavras.blogspot.com.br>

Portanto, para quebrar o ciclo caracterizado por economias deprimidas, pelo despovoamento do campo, pela falta de perspectivas e pela perda da auto-estima das comunidades locais, estigmas dos quais o Alto Camaquã é “prisioneiro”, é preciso investimentos e políticas públicas que garantam o acesso a melhores condições de vida a estas populações, promovendo um desenvolvimento territorial que esteja em consonância com a conservação da paisagem do Pampa e com a valorização e recuperação dos recursos endógenos do território. (DEGRANDI, 2011, p. 102)

A metade sul do Estado do RS é rotulada por muitos como a região atrasada, não desenvolvida por não estar adequada ao desenvolvimento dos agronegócios. Porém esta região possui um potencial social, cultural e ambiental que são primordiais para planejar o turismo de base comunitária impulsionando o desenvolvimento local.

As manifestações culturais do Alto Camaquã, inserido no Pampa gaúcho, estão intimamente influenciadas pela paisagem, pelas atividades econômicas desenvolvidas como a pecuária, a agricultura, pelo saber fazer local e pela influencia advinda de diferentes etnias, a partir do processo de colonização. A partir dessas características, os municípios que compõem o Alto Camaquã possuem uma riqueza cultural manifestada tanto em bens materiais como imateriais, que demonstram características sociais e traços da memória coletiva, que fazem parte da identidade cultural do povo gaúcho.

Culinária típica, arquitetura colonial, festas folclóricas, paisagens únicas, tradições e artesanato baseado em produtos locais, são algumas das características com potencial para impulsionar o turismo de base comunitária no território do Alto Camaquã. Dentre os aspectos de artesanato, por exemplo, destaca-se o Grupo de Artesanato em Lã Ovina da Tecelagem Lavrense, que existe há quinze anos no município de Lavras do Sul e que conta atualmente com a participação de trinta e duas mulheres e dois homens, de oito comunidades rurais para a confecção de peças em lã crua, tramadas em tricô ou crochê.

As peças são confeccionadas artesanalmente, através de um processo que inicia com a esquilagem da ovelha, lavagem, cardamento, tingimento com chás e ervas, fiação e tecelagem da lã. A lã, obtida nas propriedades rurais dos próprios artesões é tingida com produtos naturais obtidos no campo como a carqueja (*Baccharis trimera*), a macella (*Achyrocline satureioides*), a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), entre outras variedades de chás naturais, para depois se transformarem em peças bastante autênticas do vestuário rústico campeiro (Figura 5).



Figura 5: Projeto Lavanderia de Lã (Disponível em: <<http://turismodelavras.blogspot.com/>>). Exemplos de peças confeccionadas em lã, pelo Grupo de Artesanato em Lã Ovina da Tecelagem Lavrense, expostos na Expolavras 2010. Fonte: Degrandi (2011).

Figure 5: Project Lavanderia de Lã (Available at: <<http://turismodelavras.blogspot.com/>>). Examples of pieces made of wool, the Grupo de Artesanato em Lã Ovina da Tecelagem Lavrense, exposed in Expolavras 2010. Source: Degrandi (2011).

Conclusão

A discussão de um novo modelo de gestão territorial do turismo (modelo SEM) que garanta a preservação do patrimônio natural e cultural dos territórios é uma necessidade que se impõe hoje, tanto para o setor público como para o privado. Algumas décadas de um turismo de massa, baseado no uso intensivo de recursos paisagísticos e culturais (modelo BAU), fez com que alguns países já estejam sofrendo com os resultados negativos das práticas insustentáveis. Diversos locais de destino já apresentam uma diminuição no potencial turístico devido ao impacto ambiental e o desgaste do capital natural.

O modelo SEM já foi inserido em muitos lugares, apresentando importantes vanta-

gens em termos da recomposição das paisagens e das culturas; porém o modelo BAU ainda prevalece. Acredita-se que a competitividade a longo prazo dos produtos e serviços do turismo de natureza deverá fazer com que haja uma transição do modelo BAU para o modelo SEM. O turismo insustentável, que provoca degradação dos ecossistemas e dos sistemas sociais locais compromete os retornos econômicos para o setor e para o país.

Dentro desta perspectiva, o Ecoturismo e, dentro dele, o Turismo de Base Comunitária, sinaliza positivamente no processo de mudança de atitudes e dos valores humanos de posse e consumo, através da tomada de consciência dos visitantes ao estabelecerem um contato mais direto com a natureza e com as populações tradicionais por meio da percepção e interpretação da paisagem.

Com base neste modelo sustentável de gestão do turismo, o território do Alto Camaquã apresenta particularidades ambientais, históricas e culturais que podem se constituir em importantes elementos para o desenvolvimento local, através de um turismo de baixo impacto. Nesse sentido, a discussão sobre as alternativas de Ecoturismo e turismo comunitário pode atuar como uma importante ferramenta no processo de desenvolvimento endógeno desse território, contribuindo para a manutenção da identidade local e de toda a geo-bio-sociodiversidade que se faz presente nesta porção do Bioma Pampa.

Referências bibliográficas

AGUIAR, G.M. Turismo, desenvolvimento local e integração regional. *In*: SEABRA, G. (Org.) **Turismo de Base Local: Identidade cultural e desenvolvimento regional**. João pessoa: Editora universitária- UFPB, 2007.

BOVARNICK, A., ALPIZAR, F.; SCHNELL, C. (Eds). **The Importance of Biodiversity and Ecosystems in Economic Growth and Equity in Latin America and the Caribbean: An economic valuation of ecosystems**. New York: United Nations Development Programme, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Programa de qualificação a distância para o desenvolvimento do Turismo. **Turismo e sustentação: formação de redes de ação municipal para a regionalização do turismo**. Ministério do Turismo. Coord. Tânia Brizolla, Ana Clévia Guerreiro Lima, Brasília: Ministério: FLN: SEaD/UFSC, 2008.

BRUNHS, H.T. **A Busca pela Natureza: turismo e aventura**. Barueri: Manole, 2009.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CORIOLO, L. N. M. T. Bases Conceituais do Desenvolvimento e do Ecoturismo. *In*: QUEIROZ, O.T.M.M. (org). **Turismo e ambiente: temas emergentes**. Campinas: Alínea, 2006.

DEGRANDI, S.M. Ecoturismo e interpretação da paisagem no Alto Camaquã/RS: uma alternativa para o (des)envolvimento local? **Dissertação de Mestrado** (Mestrado em Geografia). Santa Maria: UFSM, 2011.

FARRELL, G.; LUKESCH, R. A competitividade ambiental. Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER. **Inovação em Meio Rural**, Caderno 6, Fascículo 3. Lisboa: LEADER, 2000.

IRVING, M. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (orgs). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

REDE PORTUGUESA LEADER+. **Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural**. Lisboa: LEADER+, 2005.

SATO, M. Debatendo os desafios da Educação Ambiental. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**: Fundação Universidade Federal de Rio Grande – FURG, 2001.

SELL, J.C. Diferentes modelos, diferentes caminhos: problematizando a sustentabilidade ambiental no município de Piratini, RS. **Dissertação de Mestrado** (Mestrado em Geografia). Santa Maria: UFSM, 2011.

Taís da Silva Garcia: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Email: tatasg@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2231653731023828>

Adriano Severo Figueiró: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Email: adri.geo.ufsm@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0669013150421592>

Simone Marafiga Degrandi: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Email: simone5z@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8716980240343740>

Data de submissão: 29 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 20 de novembro de 2012

Data do aceite: 20 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente